

A DISPUTA DO FUNDO PÚBLICO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Diogo Leite Durães¹

Wesley Helker Felício Silva²

Resumo: O texto está dividido em dois tópicos, o primeiro traz o conceito de Fundo Público, e como ele se tornou estratégico no capitalismo contemporâneo. Esse debate é importante, pois trabalha com categorias de valor, antivalor, mais-valia, trabalho necessário, e com o argumento de que o fundo público é contra a tendência da queda na taxa de lucro. (Behring, 2016). Fundo Público aparece como uma peça fundamental do capitalismo contemporâneo no qual incidem lutas de classes, tornando-se uma disputa entre os capitais, e os trabalhadores (Souza Filho, 2016). No tópico seguinte, mostro como o fundo público foi “surrupiado” pelos neoliberais para rendimentos do capital financeiro. As políticas sociais só conseguem maiores investimentos através de muitas lutas de classes e movimentos sociais.

Palavras-chave: Fundo Publico; Capitalismo; Políticas sociais.

Abstract: The text is divided into two topics, the first brings the concept of Public Fund, and how it has become strategic in contemporary capitalism. This debate is important, as it works with categories of value, anti-value, surplus value, necessary work, and with the argument that the public fund is against the trend of falling profit rates. (Behring, 2016). Public Fund appears as a fundamental piece of contemporary capitalism in which class struggles occur, becoming a dispute between capital and workers (Souza Filho, 2016). In the following topic, I show how the public fund was “stolen” by neoliberals for income from financial capital. Social policies only achieve greater investment through many class struggles and social movements.

Keywords: Public Fund; Capitalism; Social politics.

INTRODUÇÃO

O capitalismo viveu seus anos dourados no welfare state, que era regido pela teoria Keynesiana, onde o Estado deveria intervir na economia para garantir o pleno emprego e conter a retração econômica. Para Francisco de Oliveira (1988), o fundo público passou a ser no welfare state, de um lado financiamento da acumulação de capital, e por outro financiamento da reprodução da força de trabalho por meio dos gastos sociais, como por exemplo, a medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro desemprego, entre outros, o que favoreceu a classe média até o assalariado de nível mais baixo. Porém nos 70 veio à crise da superacumulação o que colocou em xeque o modelo keynesiano-

¹ Acadêmico 8º período Curso Serviço Social.

² Professor Doutor do Curso de Serviço Social da Unimontes.

fordismo, e como solução a esta grande crise capitalista surge idéias neoliberais. Segundo Perry Anderson (1995) o Neoliberalismo nada mais é que uma forma de reorganização do Estado para fortalecer o mercado na competitividade individual. Para os neoliberais é importante que os governos pratiquem uma política de corte de gasto, principalmente em cima das políticas públicas.

O PAPEL ESTRATÉGICO DO FUNDO PÚBLICO

O termo "fundo público" geralmente se refere a recursos financeiros que são coletados e geridos pelo Estado ou pelo governo para atender às necessidades públicas e financiar políticas e programas sociais. Esses fundos são constituídos por meio de impostos, taxas e outras formas de receita pública. De acordo Marques (2003), o fundo público é considerado um componente essencial do Estado de bem-estar social. Essa abordagem defende que o Estado deve desempenhar um papel ativo na promoção do bem-estar e na redução das desigualdades sociais, por meio da arrecadação e distribuição equitativa dos recursos do fundo público.

Para Souza Filho (2016) o fundo público se materializa a partir de dois movimentos o da arrecadação e do gasto público. Pelo lado da despesa a classe é pautada em quatro itens que são segurança e administração, consumo social, acumulação estatal e subsídios à acumulação privada. O somatório dessas diferentes despesas forma o total do gasto público.

Para Salvador (2012), o fundo público desempenha um papel fundamental no financiamento das políticas sociais no Brasil. Por meio da arrecadação de impostos, taxas e outras receitas públicas, o Estado brasileiro constitui um fundo destinado a atender às necessidades coletivas e financiar programas e políticas sociais. No Brasil, as políticas sociais abrangem diversas áreas, como saúde, previdência social, educação, assistência social, habitação, segurança alimentar, cultura e infraestrutura, entre outras. Essas políticas têm como objetivo promover o bem-estar da população, reduzir as desigualdades sociais e garantir direitos fundamentais.

O fundo público ao envolver toda capacidade de mobilização de recursos que o Estado utiliza para intervir na economia ocupa um papel de articulador das políticas sociais, ele se realiza na forma de impostos, contribuições e taxas, que são extraídas da sociedade e da mais-valia

socialmente produzida. A parte mais visível do fundo público é o orçamento público. (Salvador, 2017)

De acordo Torres (2022) no caso do Brasil, os principais impostos arrecadados são o Imposto de Renda (IR), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), entre outros. Esses recursos são geridos pelo governo em níveis federal, estadual e municipal e são alocados para financiar programas e projetos que visam atender às demandas sociais. Além do fundo público, o Brasil também pode contar com recursos provenientes de empréstimos internacionais, parcerias público-privadas e outras fontes de financiamento.

É importante ressaltar que o financiamento das políticas sociais no Brasil enfrenta desafios, como a limitação de recursos, a necessidade de gestão eficiente e a busca por formas mais equitativas de distribuição desses recursos. A discussão sobre a alocação adequada e eficaz do fundo público para o financiamento das políticas sociais é um tema relevante no contexto brasileiro. (Salvador, 2017)

O fundo público exerce 4 funções dentro da economia: a) o financiamento do investimento capitalista, através de incentivos fiscais, subsídios, desonerações tributárias; b) garantias de políticas sociais que asseguram direitos e permitem a inserção das pessoas no mercado de consumo; c) assegura investimento em infraestrutura, meios de transporte, pesquisas, subsídios e renúncias fiscais para empresas; d) assegura a transferência de juros e amortização da dívida pública para os detentores de Capital Portador de Juros (CPJ). (Salvador, 2017)

Em uma perspectiva marxista, é possível estabelecer uma relação entre o fundo público, o capital e a força de trabalho. Nesse sentido, o fundo público por sua vez, é composto em grande parte pelos impostos pagos pelos trabalhadores e pelas empresas. Os trabalhadores, ao venderem sua força de trabalho, recebem salários, dos quais são descontados impostos diretos ou através do consumo, estes impostos são posteriormente arrecadados pelo Estado que são direcionados para o fundo público. Assim, pode-se argumentar que o fundo público é formado em parte pela apropriação de parte do valor criado pela força de trabalho, que se transformou em salário. Ao tributar os capitais, o Estado retira parte do valor criado pelos trabalhadores, mas que, através da mais-valia, se tornou lucro. Esses recursos são então redistribuídos pelo Estado para atender às necessidades coletivas e financiar programas e políticas públicas. Observe que

esse é sim um aspecto do fundo público, ou seja, financiar os gastos em políticas sociais. Por outro lado, ele tem sido cada vez mais tensionado e sugado através da destinação desses mesmos recursos pelo mecanismo da dívida pública (Salvador, 2012)

Evilasio Salvador (2012) discute a importância do fundo público na garantia dos direitos sociais. Para o Estado brasileiro garantir direitos, as despesas vinculadas³ são importantes, mas o fato de garantir a vinculação nem sempre significa que os gastos garantem a justiça social, e busca erradicar as desigualdades sociais expandindo os benefícios e serviços de forma universal. Neste sentido, para este autor o fundo público envolve toda capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, o das empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras. O fundo público é, portanto um campo de disputa de conflitos de distribuição, no qual de um lado têm grandes capitalistas visando salvar suas altas taxas de lucro e do outro lado os trabalhadores que demandam direitos sociais.

Para Elaine Behring (2016) é importante discutir o fundo público como categoria central para uma compreensão da dinâmica do capitalismo em seu processo e reprodução ampliada. A centralidade do fundo público é mais evidente tanto para amortecer os efeitos da crise quanto para fazer o capital rotar e gerar causas contrariantes à queda da taxa de lucros. Têm como consenso, que a centralidade cada vez maior do fundo público como expressão da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

O fundo público se forma segundo Elaine Behring (2016) a partir da mais-valia socialmente produzida, diga-se do trabalho excedente, que reparte em juros, lucro e renda da terra, sobre o qual incidirá os impostos, que envolve todos os participantes, o capital portador de juros, o capitalista industrial, o comercial e proprietários de terras. Mas o fundo público também se compõe do trabalho necessário, do avanço tributário por meio da expansão tributária indireta, sobre o consumo. O que se dá após a exploração do trabalho que operou o

³ Segundo Pontes (2021) Despesas vinculadas são despesas que estão obrigatoriamente ligadas a uma finalidade específica, determinada por lei ou regulamentação. Essas despesas são estabelecidas com o objetivo de garantir o cumprimento de obrigações legais ou a realização de determinados serviços ou atividades. Normalmente, as despesas vinculadas estão associadas a áreas como saúde, educação, assistência social, cultura, ciência e tecnologia, entre outras. Os recursos destinados a essas áreas são direcionados para despesas específicas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela legislação.

processo de valorização do valor, onde se cria uma nova função dos salários a partir da carga tributária.

Existem diversas maneiras de absorver o excedente, tais como o armamentismo, o racismo e o desperdício. Além disso, observa-se a ausência de debates sobre trabalho e tecnologia, levando a uma reflexão sobre um pilar fundamental da teoria social de Marx: a lei do valor, e conseqüentemente, a tendência de queda da taxa de lucros, mesmo diante do aumento da abundância. A resistência à diminuição da taxa de lucro encontra suas raízes nas operações do fundo público. Dessa forma, surge um problema distributivo do excedente, não apenas como mais-valia, mas ao buscar nichos de valorização do capital. (Behring, 2016)

Nesta direção o fundo público é mais-valor (trabalho excedente), mas com ele não se confunde, e é trabalho necessário, onde tem impactos redistributivos, pois há que considerar que o trabalho paga a conta efetivamente produzindo mais-valia e sofrendo exploração tributária que implica em processos de pauperização absoluta e relativa na maioria das vezes combinadas, a depender da luta de classes nos espaços nacionais e considerado o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e a busca diferencial de produtividade do trabalho, razão pela qual as políticas sociais estão nas pautas dos trabalhadores, disputando o fundo público no contexto de classes. (Behring, 2016)

Para Souza Filho (2015), o fundo público é considerado um antivalor, conforme formulado por Francisco Oliveira (1998), o que abre espaço para outro campo de polêmicas em torno desse conceito. O capital que incorpora taxas de juros exerce considerável influência sobre uma parcela significativa do financiamento público, valendo-se das dívidas contraídas pelos Estados nacionais, entidades subnacionais e empresas estatais. No entanto, é importante destacar que o fundo público também desempenha um papel central para os trabalhadores, pois representa uma forma de apropriação daquilo que foi extraído ou expropriado deles. Isso evidencia uma luta de classes em relação à dinâmica do fundo público, seja na sua formação, no conflito tributário ou na sua alocação, envolvendo um conflito distributivo.

NEOLIBERALISMO E O AVANÇO DOS CAPITAIS SOBRE O FUNDO PÚBLICO

Não tem como pensar em um sistema capitalista sem a utilização de recursos públicos, o que acontece desde a época da expansão colonial até a despossessão das terras indígenas, a privatização de bens e propriedades da Igreja até a Revolução Francesa. A acumulação de capitais, por exemplo, através do mercado financeiro onde bancos utilizam ações de empresas estatais mantendo a valorização dos capitais pela via da dívida pública. Grupos sociais e políticos impuseram regras ao financiamento público tornando estável e abrangente, criou-se uma esfera pública ou um mercado institucionalmente regulado. (Oliveira, 1998)

A interação entre o fundo público, os capitais privados e a sustentação da força de trabalho caracterizam uma transformação significativa. Agora, o fundo público desempenha um papel prévio nas condições de reprodução de cada capital privado e nos padrões de vida, em contraste com sua natureza mais típica no contexto do capitalismo concorrencial. Keynes antecipou essa transformação destacando que a taxa de lucro, ao atravessar o domínio do financiamento público, torna-se um elemento estrutural insubstituível. (Oliveira, 1998)

Na esfera do fundo público, a abordagem neoliberal tende a influenciar a arrecadação e o gasto de maneiras específicas. Em termos de arrecadação, as políticas neoliberais muitas vezes favorecem a redução de impostos para as empresas e os indivíduos de alta renda, argumentando que isso estimulará o crescimento econômico. No entanto, essa redução de receitas pode impactar negativamente a capacidade do Estado em financiar serviços públicos e programas sociais. Outro aspecto relevante é a orientação neoliberal para a redução dos gastos sociais, como a seguridade social e programas de assistência social. Essa abordagem muitas vezes busca diminuir a intervenção estatal em questões sociais, deixando mais responsabilidades para o mercado e os indivíduos (Salvador, 2012)

Os fundos públicos, ao financiarem as políticas sociais, inserem-se no circuito do valor. Ao reproduzir a força de trabalho, os trabalhadores passam a integrar a dinâmica do mercado capitalista por meio do consumo de mercadorias. Esse consumo contribui para a circulação do capital, contrariando a tendência natural de queda da taxa de lucro. (Behring, 2016)

No âmbito da reprodução da força de trabalho, as despesas públicas designadas para a educação, saúde, pensões e outros programas de garantia de recursos aumentaram quase duas vezes mais rapidamente que o Produto Interno Bruto (PIB) nos países desenvolvidos nos últimos vinte anos. A competição entre os fundos públicos destinados à reprodução do capital e os

fundos que financiam a produção de bens e serviços sociais tem conduzido o Estado a uma crise fiscal, caracterizada como um jogo de soma zero, no qual o que um perde é exatamente o que o outro ganha. (Oliveira, 1988)

No que diz respeito ao gasto público, a apropriação neoliberal do fundo público é evidenciada por uma ênfase na redução dos serviços e programas governamentais. A privatização de setores antes controlados pelo Estado, como saúde, educação e infraestrutura, é uma característica comum dessa abordagem. A ideia subjacente é que a competição e a eficiência do setor privado podem fornecer melhores serviços do que as entidades governamentais. (Salvador, 2012)

Nos países de grande relevância, como a Suíça, existe uma conexão entre a dívida pública e suas posições no sistema capitalista, bem como suas dinâmicas. A perspectiva da direita sugere que a estatização dos resultados da produção social poderia conduzir a uma forma de socialismo burocrático e estagnado, resultando na redução dos recursos privados destinados ao investimento, e simultaneamente, no aumento da carga fiscal sobre indivíduos e famílias, o que diminuiria a propensão para o consumo. (Oliveira, 1998)

Na crise do Welfare State, a proposta da direita é a desmantelação da regulação institucional, com a abolição das diferenças entre os sujeitos sócio-econômico-políticos. Não há uma fórmula pronta para resolver essa crise. Não se trata apenas de uma crise passageira, mas sim de levar às últimas consequências a verdadeira transformação ocorrida nas relações sociais de produção neste século, especialmente após a II Grande Guerra. (Oliveira, 1998)

O ataque do capital de juros ao orçamento público evidencia a apropriação do fundo público pelo valor e não pelo antivalor. Nessa dinâmica, o fundo público se insere no contexto da crise do capitalismo, pois a discussão sobre antivalor era pertinente apenas em um período anterior. Nos tempos atuais, essa abordagem torna-se inviável devido à nova mudança no padrão de financiamento público, caracterizada pela predominância do capital portador de juros. (Behring, 2016)

Quando todas as modalidades de utilização do fundo público estiverem claramente definidas e sujeitas a controles institucionais que não se configurem como um Estado Máximo, é nesse ponto que o Estado verdadeiramente se converterá em um Estado Mínimo. Isso ocorrerá por meio de um novo modo de produção, no qual a produção de excedente não terá mais valor

como elemento estruturante. Em vez disso, valores de cada grupo social dialogarão de maneira soberana, abrindo caminho para a concretização do socialismo. (Oliveira, 1998)

Para Souza Filho (2016), a acumulação capitalista emerge a partir de uma perspectiva marxista sobre a distribuição da renda e a repartição do valor. A disputa pelo destino do fundo público se concretiza por meio da defesa de políticas sociais universais e gratuitas, assim como dos direitos sociais, que se enquadram na agenda anticapitalista como mecanismo de transição e de reprodução da força de trabalho. Uma das contradições do capitalismo é que, embora as políticas sociais atendam de forma imediata às necessidades e demandas da classe trabalhadora, elas também contribuem para a manutenção da ordem do capital.

As políticas sociais atendem diretamente às necessidades de reprodução da força de trabalho, abrangendo áreas como educação, saúde, lazer, moradia e transporte. Elas também funcionam como salários indiretos, contribuindo simultaneamente para a reprodução do capital ao gerar uma série de demandas materiais. Essas demandas são então supridas pelo fundo público em colaboração com empresas capitalistas, promovendo a efetivação de bens e serviços sociais. Além disso, esse processo estimula o consumo das mercadorias produzidas, fomentando a dinâmica econômica. (Souza Filho, 2016)

A dependência dos países periféricos em relação aos países desenvolvidos evidencia uma dinâmica estrutural baseada na superexploração da força de trabalho. Isso resulta na operação da acumulação capitalista dependente, que se dá pela exportação de alimentos e matérias-primas para os países centrais. Essa prática desloca a acumulação via mais-valia absoluta para uma baseada em mais-valia relativa nesses países. De um lado, observa-se a redução das condições de destinação de recursos do fundo público, os quais são normalmente empregados para expandir os direitos sociais. Do outro lado, ocorre a violação do valor da força de trabalho. Assim, existe uma probabilidade menor de alocar recursos públicos para políticas sociais em comparação com uma dinâmica não dependente. (Souza Filho, 2016)

A reprodução do capital se ajusta em cada época histórica, seguindo um padrão que se assemelha a um campo de interações, no qual as dimensões mais amplas ou conceituais se conectam com as dimensões mais específicas e históricas do progresso do capitalismo. O elemento central nessa abordagem é a análise do ciclo do capital. A escolha da política econômica visa preservar ou modificar um determinado padrão de reprodução do capital. A implementação de diferentes políticas econômicas terá efeitos diversos nos recursos destinados

às políticas sociais e na distribuição de renda e riqueza. A quantidade de oportunidades para o desenvolvimento de políticas sociais varia conforme o padrão de reprodução do capital adotado. (Souza Filho, 2016)

Com a implementação da estrutura da política social, é possível criar um padrão de reprodução do capital mais propício aos interesses da classe trabalhadora. No entanto, a lógica subjacente da política social adotada pode ser restritiva, carecendo de fundamentos em termos de direitos de cidadania e dever do Estado. Dado que o salário total do trabalhador engloba salários indiretos, há a possibilidade de ampliar as políticas sociais por meio do fundo público, contribuindo para um movimento de pressão na acumulação de capital. Assim, o fundo público se torna um terreno de disputa. (Souza Filho, 2016)

Para Souza Filho (2016) ao distribuir a renda nacional, surge o conflito fundamental entre as classes sociais opostas do sistema capitalista. A batalha dos trabalhadores visa expandir o valor do trabalho necessário, diminuindo o valor atribuído ao trabalho excedente. Por outro lado, o capital busca aumentar a mais-valia, reduzindo o valor do trabalho necessário. O desfecho dessa luta de classes determina como a renda nacional será distribuída.

O fundo público se concretiza através de dois processos: arrecadação e despesa pública. No que se refere às despesas, a classe é orientada por quatro categorias: segurança e administração, consumo social, acumulação estatal e subsídios para a acumulação privada. A soma dessas diversas despesas constitui o montante total do gasto público. As despesas estatais podem ter impactos distributivos ou concentradores, dependendo de como são direcionadas para o salário indireto e a renda das classes capitalistas e das camadas mais privilegiadas em relação aos impostos arrecadados de cada classe e fração de classe. Nos países dependentes, as políticas sociais muitas vezes não se desenvolvem como iniciativas universalistas, públicas e gratuitas, que seriam consideradas responsabilidades do Estado e direitos de cidadania. (Souza Filho, 2016)

A apropriação neoliberal do fundo público refere-se ao modo como os princípios e políticas neoliberais impactam a gestão e utilização dos recursos públicos por parte do Estado. O neoliberalismo é uma abordagem econômica que defende a redução da intervenção estatal na economia, promovendo a livre iniciativa, a privatização e a diminuição do tamanho do setor público. Essa apropriação também pode incluir a concessão de subsídios e benefícios fiscais a empresas privadas, argumentando que isso estimulará o investimento e a criação de empregos.

No entanto, isso pode resultar em uma redistribuição desigual de recursos, beneficiando principalmente os setores mais ricos da sociedade. (Salvador, 2012)

Ao se apropriar do fundo público os neoliberais busca aplicar seus princípios na gestão de recursos estatais, buscando reduzir o papel do Estado na economia e promover a eficiência por meio da participação do setor privado. Essa abordagem tem implicações significativas para a distribuição de recursos, dificultando o acesso da classe trabalhadora a serviços públicos e a equidade social, desta forma os recursos que deveria subsidiar a seguridade social e utilizada para pagamento dos juros e amortização da dívida pública, favorecendo o capital privado. (Salvador, 2017)

Para Salvador (2017) o financiamento para a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho agora tem como pressuposto o fundo público, que é ampliado por meio dos gastos sociais. Além de remunerar a reprodução do trabalho através de despesas obrigatórias como saúde, educação e transporte, o orçamento do Estado, em uma nova abordagem, passa a remunerar também o capital financeiro. O capital financeiro, conhecido por sua volatilidade nos mercados financeiros e seu retorno lucrativo espetacular, é agora recompensado por meio da dívida pública. O Estado, ao enfrentar déficit orçamentário, busca financiamento vendendo títulos da dívida pública, o que, devido aos juros elevados, resulta no aumento da dívida. Com déficits crescentes, torna-se necessário cobrir a dívida, transformando esse sistema em um ciclo virtuoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Rodrigo de Souza Filho (2016) o Fundo público se expressa como mais um espaço público da luta social, à medida que o Estado amplia a intervenção na sociedade, o processo de disputa da riqueza socialmente produzida ganha um contorno qualitativo devido à expansão do fundo público. As lutas de classe interferem no processo de distribuição e repartição da riqueza, a partir da definição do valor da força de trabalho e da mais-valia, que é à base de definição do processo de repartição do valor. O Fundo Público e utilizado para custear os direitos sociais, dentre eles a Previdência Social que compõe juntamente com a Saúde e Assistência social o tripé da Seguridade Social.

O Estado passa atender às necessidades da acumulação de capital, transformando o Orçamento da Seguridade Social (OSS) em uma fonte de financiamento privado. Na atual configuração do sistema capitalista de exploração, a classe financeira dominante utiliza a estrutura do Estado como meio de exercer seu poder e agregar capital extraíndo recursos da sociedade através de impostos diretos e indiretos, das contribuições e também da apropriação das taxas de mais-valia. (Salvador, 2017)

Segundo Salvador (2012), a apropriação dos fundos públicos destinados aos serviços sociais no Brasil impulsiona o aumento do valor do capital ligado à dívida pública. Isso ocorre porque as porções da receita que originalmente deveriam ser direcionadas para políticas sociais, ampliando assim sua cobertura, são retidas pelo orçamento fiscal da União. Esses recursos são então alocados para atender ao superávit primário, em conformidade com os acordos estabelecidos com o FMI e o Banco Mundial, especialmente beneficiando o capital especulativo, que tem a capacidade de absorver uma considerável parte dos fundos públicos.

Em meio à intensificação da crise do sistema capitalista, as políticas sociais emergem como alvos principais da comercialização, da focalização, da privatização e da conversão de bens e serviços em commodities, visando sustentar o consumo e a competitividade. As reformas contrárias aos direitos sociais implementadas no Brasil nas últimas décadas, agravadas a partir de 2016, que impactam diretamente a seguridade social, refletem a investida capitalista em sua constante busca por lucros extraordinários. Esses processos de desmantelamento dos direitos, por meio do desgaste de seu financiamento, representam efetivas formas de expropriação das conquistas sociais, contribuindo significativamente para a exploração da mão de obra e a acumulação de capital. (Boschetti e Teixeira, 2019)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. R, BOSCHETTI, I. S. Seguridade Social no Brasil e perspectivas do governo Lula. **Universidade e Sociedade: Desmonte e Descaso, seguridade social, financiamento da educação**, DF, Ano XIII, No 30, p. 09-21, junho de 2003.

BEHRING, E. R. **Fundo Público: um debate estratégico e necessário**. In: XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2016, Ribeirão Preto.

OLIVEIRA, F. **O surgimento do antivalor**. In: _____. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALVADOR, E. Fundo Público o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Revista Serviço Social em Revista**, Londrina, v.14, n.2, p. 04-22, jan.-jun. 2012.

SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. In. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n 130, p.426-446, set/dez. 2017.

TORRES, V. **Quais são os impostos federais, estaduais e municipais**. Disponível no site < <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/impostos-federais-estaduais-e-municipais/> > Acessado em 03/05/23.